



P R E F E I T U R A D E O U R I N H O S
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

TERMO DE COLABORAÇÃO

TERMO Nº: 11/2021

DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO - LEI N.13019/2014 (Art. 29 e 30 inc.VI)

OBJETO: FORMALIZAÇÃO DE PARCERIA COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSC) PARA EXECUÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL A CRIANÇAS E ADOLESCENTES, EM DECORRÊNCIA DA INFECÇÃO HUMANA PELO COVID-19, CONFORME PORTARIA N.369/2020 E PORTARIA N.63/2020 DO MINISTÉRIO DA CIDADANIA.

INTERESSADA: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 53.415.717/0001-60, neste ato representada, por seu **PREFEITO MUNICIPAL**, Senhor **LUCAS POCAY ALVES DA SILVA**, brasileiro, casado, portador do RG nº 34.723.199-8 SSP/SP e CPF/MF nº 342.843.318-17, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL** e o **NÚCLEO DE ATENDIMENTO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – NAIA**, com sede à Rua Paraná, 803, Centro, Ourinhos, Estado de São Paulo, inscrita no C.N.P.J. Sob o nº 02739534/0001-60, neste ato representado por sua presidente **DULCE BITTENCOURT BOSAN**, brasileira, viúva, residente à Rua Geremias Bortolato, nº 77- Vila São José, Ourinhos-SP, portador do RG sob o nº 9.817.909-3 SSP/SP e do CPF sob o nº 120.126.918-03, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC**, celebram entre si este Termo de Colaboração, de acordo com o estabelecido nas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Atendendo a Portaria n.369, de 29/04/2020 e Portaria n.63/2020, de 30/04/2020 do Ministério da Cidadania, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19), o presente Termo de Colaboração, **nos termos da Lei nº 13.019/2014, artigo 42-inciso I**, tem por objeto a cooperação recíproca entre as partes, visando o desenvolvimento na área de Assistência Social da Proteção Social Especial de Alta Complexidade do Sistema Único da Assistência Social para a execução do Serviço de Acolhimento Institucional à Crianças e Adolescentes.

Parágrafo único. O Projeto tem como objetivo o acolhimento provisório e excepcional para crianças e adolescentes de ambos os sexos e em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, atuando a OSC em conjunto com a Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme detalhado no Plano de Trabalho.



P R E F E I T U R A D E O U R I N H O S
S E C R E T A R I A M U N I C I P A L D E A S S I S T Ê N C I A S O C I A L

1.2 - O recurso emergencial de que trata esta Portaria tem como finalidade aumentar a capacidade de resposta do SUAS no atendimento às famílias e aos indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social decorrente do COVID-19, promovendo:

I - estruturação da rede do SUAS;

II - cofinanciamento de ações socioassistenciais visando ao enfrentamento da situação de emergência em decorrência do Covid-19.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 – São obrigações dos Partícipes, nos termos da Lei nº 13.019/2014, artigo 42-inciso II:

I – DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

a) Promover o repasse financeiro na forma estabelecida na cláusula terceira, nas datas aprazadas, no presente Termo de Colaboração.

b) Fiscalizar e supervisionar a parte técnica, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, por meio da Comissão de Monitoramento e Avaliação vinculada à Diretoria de Vigilância Socioassistencial, monitoramento e avaliação, enquanto setor responsável pelo acompanhamento da execução e das obrigações da **OSC** que estão incluídas no objeto deste Termo de Colaboração;

c) Fornecer informações quanto a execução dos planos e dialogar junto ao Conselho Municipal de Assistência Social para que este órgão de controle social possa acompanhar a execução das obrigações da **OSC**, incluídas no objeto deste Termo de Colaboração;

d) Fiscalizar e destinar os bens remanescentes de natureza permanente adquiridos com recursos públicos firmados na parceria, caso haja a extinção da OSC conforme prevê a Lei 13.019 – Art. 35 § 5º ;

e) Cumprir os requisitos da Lei nº 13.019/2014, especialmente:

I - Apresentar o relatório técnico de monitoramento e avaliação da Comissão vinculada a Secretaria Municipal de Assistência Social (Diretoria de Vigilância Socioassistencial, Monitoramento e Avaliação) que fiscaliza a parceria e o submete ao Controle Interno da Prefeitura Municipal de Ourinhos, que o homologará, mediante a obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas da organização da sociedade civil, **artigo 42-inciso VII;**

II - realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;



P R E F E I T U R A D E O U R I N H O S
S E C R E T A R I A M U N I C I P A L D E A S S I S T Ê N C I A S O C I A L

III - liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que está em consonância com as metas técnicas estabelecidas pela especificidade do Sistema Único da Assistência Social - SUAS, de modo a efetivar as fases ou etapas de execução do objeto do termo de colaboração, **artigo 42-inciso III;**

IV - promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria, através do Setor de Vigilância Socioassistencial, Monitoramento e Avaliação, por meio de relatórios mensais disponibilizados pela ferramenta google planilha online, **artigo 42-inciso VIII;**

V - viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;

VI - manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;

VII - divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

VIII - instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

IX - Assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, **artigo 42-inciso XII.**

X - A definição, se for o caso, da titularidade dos bens e direitos remanescentes na data da conclusão ou extinção da parceria e que, em razão de sua execução, tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela administração pública, **artigo 42-inciso X.**

II – DA OSC:

a) Apresentar a prestação de contas mensais que conste elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas quantitativas e qualitativas que estão em consonância com a organização teórico técnica prevista pelo Sistema Único da Assistência Social, tendo em vista os resultados esperados até o período de que trata a prestação de contas, **nos termos da Lei nº 13.019/2014, artigo 42-inciso VII;**

b) A prestação de contas será entregue a cada 30 (trinta) dias, até o quinto dia útil posterior ao mês de utilização para que não ocorra a suspensão temporária da parcela subsequente, **nos termos da Lei nº 13.019/2014, artigo 42-inciso VII;**

(Handwritten signature)



P R E F E I T U R A D E O U R I N H O S
S E C R E T A R I A M U N I C I P A L D E A S S I S T Ê N C I A S O C I A L

- c) Apresentar relatório de atividades com análises embasadas teórico e tecnicamente que estejam de acordo com regulamentação prevista pelo Sistema Único da Assistência Social para apresentar as metas qualitativas e quantitativas que respeitem os princípios normativos legais que regem este Chamamento Público, até o quinto dia útil posterior ao mês de utilização para que não ocorra a suspensão temporária da parcela subsequente, **nos termos da Lei nº 13.019/2014, artigo 42-inciso VIII;**
- d) Prestar informações sempre que solicitadas pela SMAS, por meio da Comissão de Monitoramento e Avaliação vinculada à Diretoria de Vigilância Socioassistencial Monitoramento e Avaliação em relação à forma como as ações estão sendo executadas pela equipe técnica, conforme prevê a descrição e execução dos Serviços Socioassistenciais Tipificados nos planos de trabalho como instrumento de gestão e organização da execução das ações da Política Pública de Assistência Social;
- e) Apresentar equipe técnica – coordenação e equipe de execução – que estejam alinhadas com as normativas legais que regem este edital, **nos termos da Lei nº 13.019/2014, artigo 42-inciso VII;**
- f) Deve apresentar uma coordenação técnica que esteja acompanhando diariamente a execução do processo de trabalho conforme acordado no termo de colaboração e plano de trabalho estando alocada(o) na unidade de atendimento e próximo das equipes;
- g) Zelar pelo armazenamento adequado dos prontuários garantindo sigilo e segurança aos documentos;
- h) Manter atualizados os prontuários, bem como garantir que todas as informações registradas nesses documentos estejam alinhadas aos princípios éticos previsto no Código de Ética de cada profissional de nível superior;
- i) Produzir e manter os planos de acompanhamento familiar e individuais conforme prevê as especificidades de cada serviço socioassistencial tipificado e o cumprimento das ações qualitativas e quantitativas;
- j) Manter e zelar os espaços físicos adequados para que priorizem a garantia de acolhida para as pessoas usuárias do SUAS mantendo condições de higiene, limpeza e melhorias no espaço sempre que necessário para melhor o atendimento e o cumprimento das metas qualitativas e quantitativas previstas no termo de colaboração e plano de trabalho;
- k) Garantir e prever ações de Educação Permanente no termo de colaboração e plano de trabalho para a equipe técnica conforme a Política Nacional de Educação Permanente – PNEP SUAS /2013, Resolução CNAS 06/2016, Plano Municipal de Educação Permanente elaborado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, garantindo principalmente a





P R E F E I T U R A D E O U R I N H O S
S E C R E T A R I A M U N I C I P A L D E A S S I S T Ê N C I A S O C I A L

liberação de no mínimo quatro trabalhadores previstos para execução do plano de trabalho para participarem das ações formativas previstas e organizadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social;

l) Garantir o quadro de trabalhadoras(es) que estejam na execução prevista no termo de colaboração e plano de trabalho para cumprir um atendimento adequado às pessoas usuárias do SUAS e que respeitem os parâmetros de equipe mínima prevista pela NOB-RH/SUAS de 2006 e Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais de 2009.

m) Estar próxima dos demais serviços da execução direta da Política Pública de Assistência Social no município – CRAS, CREAS e CENTRO POP – prevendo ações conjuntas de construção de fluxos de trabalho e protocolo de gestão dos serviços para garantir o fortalecimento de uma proteção social na Assistência Social de maneira articulada, integrada e com qualidade;

n) Garantir que os encaminhamentos feitos pela execução da rede direta - CRAS, CREAS e CENTRO POP, sejam incorporados aos atendimentos da Organização, de forma que esta inclusão seja realizada a partir de discussões técnicas que prevêm as obrigadoriedades de atendimento de qualidade as pessoas usuárias do SUAS, bem como as obrigadoriedades técnicas previstas no Edital de Chamamento.

o) A OSC deve se responsabilizar pelos bens remanescentes: de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam, ou seja, caso a organização da sociedade civil adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção conforme prevê a Lei 13.019/2014 – Art. 35 § 5º;

p) A OSC deve se responsabilizar por publicitar a lista de bens remanescentes de natureza permanente adquiridos com recursos públicos definidos no Plano de Trabalho, **nos termos da Lei nº 13.019/2014, artigo 42-inciso X;**

q) Cumprir os requisitos da Lei nº 13.019/2014, especialmente:

I. divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

II. manter e movimentar os recursos na conta bancária específica para movimentação e uso dos recursos financeiros, observado o disposto na Lei nº 13.019/2014, no artigo 51 e no **artigo 42-inciso XIV;**



PREFEITURA DE OURINHOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- III. A contrapartida, quando for o caso, observado o disposto no §1º do artigo 35 e artigo 42, inciso V.
- IV. dar livre acesso dos agentes da administração pública, da Comissão de Monitoramento e Avaliação da Secretaria Municipal de Assistência Social, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações relacionadas a termos de colaboração, bem como aos locais de execução do respectivo objeto, conforme disposto pela Lei nº 13.019/2014, **artigo 42-inciso XV**;
- V. responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme disposto pela Lei nº 13.019/2014, **artigo 42-inciso XIX**;
- VI. responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no presente termo de colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução, conforme disposto pela Lei nº 13.019/2014, **artigo 42-inciso XX**;
- VII. Constará como anexo do termo de colaboração, o Plano de trabalho, que deles será parte integrante e indissociável, conforme disposto pela Lei nº 13.019/2014, **artigo 42- parágrafo único**;
- VIII. disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Colaboração, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá, EM PARCELA ÚNICA, o montante total de recursos no valor de R\$32.120,90 (Trinta e dois mil, cento e vinte reais e noventa centavos) remanescente de 2020, a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Colaboração, correndo a despesa à conta da dotação orçamentária:

01.08.00 – Secretaria Municipal de Assistência Social
01.08.02 – Fundo Municipal de Assistência Social



P R E F E I T U R A D E O U R I N H O S
S E C R E T A R I A M U N I C I P A L D E A S S I S T Ê N C I A S O C I A L

3.2 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento, conforme disposto pela Lei nº 13.019/2014, **artigo 42-inciso III.**

3.3 – As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

- I** - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
- II** - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração;
- III** - quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

3.4 – Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública, conforme disposto pela Lei nº 13.019/2014, artigo 42-inciso IX.

3.5 - Transferir recursos financeiros de fonte Estadual e Federal, de forma que o repasse está condicionado a responsabilidade e obrigatoriedade dos respectivos entes em manter a execução dos serviços condicionadas a este financiamento e em caso da interrupção do repasse - fonte Estadual e Federal - o município irá rediscutir a execução dos serviços junto às Organizações Sociais.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

4.1 – Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:

- I** - realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- II** - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
- III** - realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
- IV** - realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;



PREFEITURA DE OURINHOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- V** - realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
- VI** - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;
- VII** - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

5.1 – Obriga-se ainda a OSC a permitir à Secretaria Municipal de Assistência Social a fiscalização quanto ao bom andamento do programa desenvolvido e encaminhar a Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças, todo mês, a prestação de contas dos recursos recebidos.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1 – Na hipótese de execução da parceria em desacordo com os termos propostos no plano de trabalho ou em descumprimento aos termos da Lei nº 13.019/2014 e legislação específica, garantindo a defesa prévia, nos termos do artigo 73 da Lei nº 13.1019/2014, poderá a Administração Pública aplicar a OSC as seguintes sanções:

I - Advertência, através de ata de reunião ou relatório e visita técnica;

II - Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

7.1 – O presente Termo de Colaboração, **nos termos da Lei nº 13.019/2014, artigo 42-inciso VI**, terá vigência 08(oito) meses, a contar da data de assinatura do presente termo de colaboração até 31/12/2021, seguindo o cronograma de execução financeira contida no plano de trabalho aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

H



PREFEITURA DE OURINHOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1 – O presente Termo de Colaboração terá a faculdade dos partícipes rescindirem o instrumento, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, conforme disposto pela Lei nº 13.019/2014, **artigo 42-inciso XVI**, desde que uma das partes notifique a outra, para posterior celebração do Termo de Rescisão, ou nas seguintes ocorrências:

I - Inadimplemento de suas cláusulas;

II - A qualquer tempo por mútuo acordo;

III - Unilateralmente, de pleno direito e a critério da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, por irregularidades devidamente comprovadas na aplicação dos recursos.

IV - pela falta de destinação de recursos oriundos da esfera Estadual e Federal para execução dos serviços no município.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 – Convocada para assinatura do Contrato, a selecionada não poderá se furtar de prestar serviços, ficando esclarecido que a desistência posterior acarretará as sanções previstas no artigo 73 da Lei 13.019/2014;

9.2 – Será descredenciada, a qualquer tempo, a instituição que não mantiver, durante o curso do Termo de Colaboração, as mesmas condições que possibilitaram o seu credenciamento, sem apresentar as razões objetivas que justifiquem a sua conduta, ou, ainda, aquela cujo Contrato venha a ser rescindido, pelos motivos nele previstos;

9.3 – É de inteira responsabilidade do interessado acompanhar as informações e os resultados divulgados no Diário Oficial do Município e no site da Prefeitura Municipal, não podendo alegar desconhecimento dos atos;

9.4 – Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão de Chamamento Público e, em última instância, pela Secretaria Municipal de Assistência Social;

9.5 – A Prefeitura Municipal poderá editar Resoluções Complementares versando, inclusive, sobre prorrogação de prazos deste instrumento convocatório;

9.6 – Fica reservada a Prefeitura Municipal a faculdade de revogar, no todo ou em parte, desde que para atender a interesse público, ou de anular o presente Chamamento Público em razão de vício, sem assistir às OSCs o direito à reclamação, indenização, reembolso ou compensação;

A



PREFEITURA DE OURINHOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CLÁUSULA DÉCIMA – DO GESTOR DO CONTRATO

10.1 – A Administração indicará como gestora do contrato, Viviane Aparecida Rodrigues Barros, Secretária Municipal de Assistência Social RG nº 25.390.687-8, CPF nº 191.965.788-66 a qual incumbirá o acompanhamento do contrato e dos serviços prestados, devendo dirigir-se à contratada para os fins do cumprimento das regras previstas no instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 – De comum acordo, as partes elegem o Foro da Comarca de Ourinhos, renunciando, desde logo, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas decorrentes da execução da parceria, estabelecendo a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução administrativa, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da administração pública, conforme disposto pela Lei nº 13.019/2014, **artigo 42-inciso XVII**, para qualquer questão que se originar deste Termo de Colaboração, e que não possa ser resolvida amigavelmente.

Ourinhos, 05 de maio de 2021.

LUCAS POCAY ALVES DA SILVA
PREFEITO DE OURINHOS

VIVIANE BARROS
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DULCE BITTENCOURT BOSAN
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL
NÚCLEO DE ATENDIMENTO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – NAIA

TESTEMUNHAS:

1.

Nome: Eliandra Gonçalves
RG: 29316985-8
CPF: 273525948-09

2.

Nome: Guilherme Cozar Mauro
RG: 48857966-1
CPF: 426.912.048-56